

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES  
(ORGANIZADORA)**

# **ELEMENTOS DA ECONOMIA 2**

**Jaqueline Fonseca Rodrigues**

(Organizadora)

# Elementos da Economia 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405  1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série.  CDD 330.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

**A economia** é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de destas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44\</b>
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914055</b>	

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1941914059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>123</b>
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>141</b>
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>159</b>
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

**DOI 10.22533/at.ed.19419140512**

**CAPÍTULO 13 ..... 168**

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

**DOI 10.22533/at.ed.19419140513**

**CAPÍTULO 14 ..... 185**

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

**DOI 10.22533/at.ed.19419140514**

**CAPÍTULO 15 ..... 199**

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

**DOI 10.22533/at.ed.19419140515**

**CAPÍTULO 16 ..... 209**

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.19419140516**

**CAPÍTULO 17 ..... 225**

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

**DOI 10.22533/at.ed.19419140517**

**CAPÍTULO 18 ..... 241**

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.19419140518**



<b>CAPÍTULO 19 .....</b>	<b>263</b>
O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL	
Brenda Alves dos Santos	
Camila Raineri	
Eleonice Aparecida dos Santos Alves	
Mahara Moreira Marquez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140519</b>	
<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>275</b>
O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016	
Raquel Pereira de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140520</b>	
<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>287</b>
O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	
Ana Lígia Passos Meira	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes	
Saulo Bezerra Xavier	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140521</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>294</b>
POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ohanna Larissa Fraga Pereira	
Caroline Lucion Puchale	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140522</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>307</b>
PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS	
Paulo Fernando Taveira Maselli	
Sabrina Soares da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140523</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>318</b>
PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO	
Edeilson Brito de Souza	
Glauciane Pereira dos Santos	
Iaçanan Carneiro de Jesus	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Heron Ferreira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19419140524</b>	
<b>CAPÍTULO 25 .....</b>	<b>332</b>
REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE	
Bruna Maria Bezerra de Souza	
Angélica Barbosa Arruda Patriota	
Inês Eugênia Ribeiro da Costa	
Roseane da Silva Lemos	

**CAPÍTULO 26 ..... 338**

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.19419140526**

**CAPÍTULO 27 ..... 354**

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.19419140527**

**CAPÍTULO 28 ..... 361**

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.19419140528**

**CAPÍTULO 29 ..... 383**

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

**DOI 10.22533/at.ed.19419140529**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 397**

## IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

**Luisa Amelia Paseto**

**Luísa Paseto**

**Aloísio dos Santos Espindola**

**Felipe Bellodi Bellini**

**RESUMO:** A Indicação Geográfica (IG) para o café traduz o conceito de qualidade conferida a produção, que atende e representa os atributos e características ambientais e sociais de uma região específica. Este processo introduz na gestão da produção e administração das propriedades inovações em governança e cooperativismo. Objetivou-se neste estudo, identificar se as expectativas (econômicas, políticas e simbólicas) com aumento da competitividade, apresentadas pela IG na região de Pinhal, se confirmavam e eram reconhecidas pelos produtores, como técnicas de produção e diferenciação pela qualidade, formação dos preços, organização e articulação em torno da construção e manutenção do mercado do café. A metodologia da estrutura analítica do mercado da certificação de procedência foi aplicada aos dados verificados para a região de Pinhal/SP. As pesquisas qualitativas e documental por meio de entrevistas semiestruturadas, foram aplicadas nas análises relacionadas à obtenção e manutenção da Indicação Geográfica e, caracterizou a região quanto as áreas de produção e aos produtores certificados de

café. A percepção geral dos proprietários com a IG implantada é de que, aperfeiçoa-se o reconhecimento pelo mercado da notoriedade do produto, estimulando a busca pela melhoria da qualidade contínua e reverberando na lucratividade por meio das premiações. Os anos estudados, apresentaram uma média de 8.265 ha plantados e colhidos, representando 8,94% do valor da produção do Estado e 1% do valor da produção nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de mercado, Competitividade, Qualidade, Tomada de Decisão

**ABSTRACT:** The Geographical Indication (IG) for coffee translates the concept of quality conferred to production, which serves and represents the attributes and environmental and social characteristics of a specific region. This process introduces innovations in governance and cooperative into production management and property management. The objective of this study was to identify if the expectations (economic, political and symbolic) with increased competitiveness, presented by the IG in the region of Pinhal, were confirmed and were recognized by the producers as production techniques and differentiation by quality, price formation, organization and articulation around the construction and maintenance of the coffee market. The methodology of the logical structure

of the market of origin certification applied to the verified data for the region of Pinhal / SP. Qualitative and documentary research by semistructured interviews were applied in the analyzes related to obtaining and maintaining the Geographical Indication and characterized the region as the production areas and certified coffee producers. The general perception of the owners with the implemented IG is that the recognition by the market for product notoriety is improved, stimulating the search for the improvement of the continuous quality and reverberating in the profitability through the awards. The years studied presented an average of 8,265 ha planted and harvested, representing 8.94% of the value of state production and 1% of the value of national production.

**KEYWORDS:** Market analysis, Competitiveness, Quality, Decision making

## 1 | INTRODUÇÃO

O conceito de indicação geográfica (IG) considera como agregação de valor a um determinado produto, o resgate das tradições, costumes, saberes, práticas e condições geográficas inerentes e/ou associadas a uma determinada região ou território. Somam-se ainda outros atributos tais como: fixação sociocultural, cadeia produtiva, desenvolvimento local, globalização, padronização, comercialização, proteção de mercado, sustentabilidade, multidisciplinaridade, credibilidade, inovação, rastreabilidade e *nível de confiança entre os envolvidos. Embora a IG possa apresentar diversas configurações e especificidades distintas, ela se torna apropriada para diferentes atores econômicos (VANDERCANDELAERE et al., 2009 citado por VALENTE, 2011), reforçada pelas teorias de PORTER (2009) que se apoiam em diferenciação, segmentação e competição.*

A “Qualidade” dos produtos *é o atributo de diferenciação mercadológica, oferecendo destaque para o processo de Indicações Geográficas, seja pela procedência ou origem. Neste sentido o Decreto Federal nº 1.355, de 30.12.1994, em seu art. 22. 1, define indicação geográfica como “as indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica”.*

Ampliando o conceito a Organização Mundial do Comércio (OMC), estabeleceu a Lei da Propriedade Industrial nº 9.279/96, de 14 de maio de 1996, para regulamentar as indicações geográficas no Brasil, através dos artigos 176 a 183, definindo que “constitui indicação geográfica a indicação de procedência (IP) e as denominações de origem (DO)”.

Assim as condições para obtenção da certificação de IG implica na determinação e estabelecimento de comprovações que envolvam o padrão de qualidade do produto, o processo produtivo e os requisitos mínimos permitidos e aceitáveis nas normas.

Exemplos de indicações de procedência ou geográfica no Brasil pode-se citar o “Café do Cerrado” e a “Cachaça do Brasil”, o “Arroz do Litoral Norte Gaúcho”. Um

dos mais recentes registros de IG no Brasil é o do Café da “Alta Mogiana, delimitada geograficamente por 15 municípios (INPI – Revista da Propriedade Industrial – 17/09/2013).

Esta delimitação resgata o conceito de território, como aglomeração produtiva, tendo como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e outras organizações públicas e privadas), operando atividades correlacionadas, e que apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem (REDESIST, 2004).

Considerando que o processo de IG está relacionado diretamente com os produtores e o inter-relacionamento que possuem, a participação individual é determinante para a cooperação e responsável pelo com o sucesso dos empreendimentos coletivos, determinados pela confiança mútua.

O que insere o produtor rural na globalização e oportunidade de mercado, onde os territórios (também os mercados) são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir. ABRAMOVAY (2000).

Uma das formas de avaliar o desempenho das IGs para o território, segundo Barjolle et al. 2009, é através dos indicadores/fatores: social (Geração de empregos; fortalecimento produtores; Cultura e tradição), econômico (Mercado - evolução; diferencial de preço; Valor adicionado regional) e ambiental (Produtos locais; Agricultura extensiva; Recursos naturais), tendo em comum o fator normas higiênicas e sanitárias.

Assim todos estes indicadores apresentam-se como um *círculo virtuoso da IG*, segundo FAO (2009), caracterizado por: (1) *Identificação: crescente consciência local e apreciação do potencial do produto.* (2) *Qualificação do produto: estabelecimento de regras para a criação de valor e a preservação dos recursos locais.* (3) *Remuneração do produto ligada à sua comercialização e à gestão do sistema local.* (4) *Reprodução de recursos locais, impulsionando a sustentabilidade do sistema.* (5) *Políticas públicas que proporcionam um enquadramento institucional e possível apoio às várias etapas do círculo.*

As indicações geográficas (IG) já são bem conhecidas em países com tradições na produção de produtos alimentícios e vinhos, como os países Europeus. Porém, diferente desses países, no Brasil é importante notar que o mercado é mais modesto para bens diferenciados, sendo o poder aquisitivo brasileiro menor e as tradições culturais nos países Europeus bem mais apreciadas. Além disso, ainda é necessário melhorar alguns canais, como o institucional e financeiro, para a promoção e divulgação dos produtos tanto dentro do país quanto internacionalmente (Sperotto, 2016).

O Brasil possui poucas certificações de IG, comparado com países europeus, Indicação de Denominação de Origem - DO (são 9 no País) e Indicação de Procedência - IP (total de 40). Para o setor café, onde o Brasil é o maior produtor (45,3 milhões de sacas) e exportador (36,7 milhões de sacas) de Café, segundo o Informe Estatístico do

Café, de fevereiro de 2015, elaborado pelo Departamento do Café (DCAF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), até hoje foram concedidas uma DO (cerrado mineiro, em 2013) e cinco IPs, entre elas a mais nova da Mogiana do Pinhal (Região do Pinhal).

Considerando esta representatividade nacional, visto que o estado de São Paulo historicamente produz em média 10,12% do café do Brasil (CONAB, 2017), a delimitação da região deste projeto para a pesquisa da cadeia do Café Paulista, especificamente sobre a IG, é a “Região de Pinhal”, vide certificação obtida em 2016.

O problema da certificação geográfica está na dificuldade do produtor em investir em certificações voltadas à qualidade do produto. Desta maneira o objetivo deste estudo foi analisar variáveis associadas ao perfil do produtor, sistema de produção e qualidade do café e identificar fatores críticos de sucesso que determinam adesão aos requisitos de produção da indicação geográfica. Baseado nas evidências do desenvolvimento econômico da região e do país, considerando aumento do valor agregado no produto, o incremento do valor dos imóveis da região e, potencial desenvolvimento de outros setores que não necessariamente estão ligados com o produto certificado.

## 1.1 Contexto referencial e Indicação Geográfica (IG)

De acordo com Kakuta (2006), os benefícios proporcionados por uma IG podem ser diferenciados nos seguintes tipos: Proteção; Desenvolvimento rural; Promoção e facilidades de exportação; Desenvolvimento econômico.

A proteção envolve não só a proteção dos consumidores, assegurando a compra de um produto de qualidade, mas também de um patrimônio nacional e econômico, das regiões, do manejo e dos produtores. Também há a proteção da riqueza, da variedade e da imagem dos produtos.

O desenvolvimento rural também envolve diversos aspectos. Entre eles, há a vitalidade das zonas rurais, com o crescimento do turismo e a contribuição para a preservação das particularidades e personalidades dos produtos. Além disso, também torna o produtor mais satisfeito e orgulhoso com seu produto, estimulando cada vez mais o desenvolvimento de suas técnicas para manter e melhorar a qualidade.

Facilitando o acesso no mercado, através da marca coletiva e de renome, há a promoção e facilidade de exportação. A formação da marca, afirma a imagem autêntica do produto, garantindo produtos de notoriedade, originais e de qualidade.

A IP refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço.

A DO refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços, cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica. (INPI, 2015).

Além disso, no caso da Indicação de Procedência, é necessário apresentar elementos que comprovem ter o nome geográfico conhecido como centro de produção,

fabricação, prestação de serviço ou extração de algum produto.

No caso da “Região de Pinhal” (nome geográfico), do estado de São Paulo, todo esse processo foi realizado junto ao INPI, sendo o tipo de IG a Indicação de Procedência (IP), com o requerente sendo o Conselho do Café da Mogiana de Pinhal (COCAMPI) e o produto o Café Verde e Café Torrado e Moído. O registro, de número BR40201400001-8, de 19/07/2016, contém todas essas informações, além da representação gráfica da IG e a delimitação da região que compõe os municípios de Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguaí, São João da Boa Vista, Águas da Prata, Estiva Gerbi, Mogi Guaçu e Itapira.

Visto que este processo de obtenção levou sete anos, iniciado em 2009 e concessão em 2016, configura um desafio em mobilização e adesão por parte dos produtores, exigindo uma governança bastante atuante do terroir. Neste sentido é importante ressaltar que apesar dos desafios encontrados para se obter o certificado e ainda existirem dificuldades nacionais quanto ao reconhecimento das IGs, cada vez mais fica claro os benefícios que elas trazem para o produtor/prestador de serviço, para a região e para o país.

A IG “Região de Pinhal” tem o seu *terroir* demarcado e engloba oito cidades - Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguaí, São João da Boa Vista, Águas da Prata, Estiva Gerbi, Mogi Guaçu e Itapira. Os limites geográficos foram estabelecidos da seguinte maneira: “A região possui coordenadas extremas Norte 21°49’6.33”S (município de Águas da Prata), Sul 22°35’9.66”S (município de Itapira), Leste 46°35’54.67”W (município de Santo Antônio do Jardim) e Oeste 47°14’31.52”W (município de Mogi Guaçu)”. A área delimitada tem como característica a cafeicultura de montanha com cultivos em espaçamento tradicional, colheita manual e sistemas de produção familiar. (INPI)

A IG é composta por cooperativas e associações, como a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal (Coopinhal - 505 cooperados), Apra - Associação dos Produtores Rurais do Bairro Areião e Região - Espírito Santo do Pinhal, Sindipinhal - Sindicato Rural de Espírito Santo do Pinhal, ASSL - Associação de Cafés Especiais de Santa Luzia - Espírito Santo do Pinhal, Aprojardim - Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Jardim. Com história de produção de mais de 176 anos.

O perfil do produtor de café já identificado por estudos de Saes et. al. (2008), considera idade, formação acadêmica, tempo na produção de café, gestão familiar, tamanho da propriedade e área de produção, mão obra empregada, cooperados ou associados, principal atividade econômica da propriedade, financiamento, produtividade, entre outras variáveis. Quanto a qualidade do café percebida pelo mercado, segundo ITC (2012), depende da combinação de espécie e variedade, condições de solo, altitude, relevo e clima, e dos cuidados durante o cultivo, colheita, secagem, classificação, armazenamento e transporte. Sobretudo pela região de origem da produção, associado a raridade e a reputação.

Contribuindo com esta sugestão, Nierdele (2011, p116), complementa quanto a

competitividade que os produtores da IG em ter uma estratégia de distinção qualitativa pela origem pode ser uma maneira de inserção no mercado que diferencia e legitima produtos territorializados. Neste caso, setor e território estão articulados de maneira a aferir vantagem competitiva tanto para os produtores, quanto para as regiões. Este tipo de estratégia visa reconstruir a imagem do produto e do território através da realocação das atividades de produção e consumo, destacando elementos potenciais relacionados à cultura, paisagem, identidade, patrimônio etc.

Considera-se três pré-requisitos para viabilizar o círculo virtuoso de qualidade ligada à origem, produto, local e pessoas. O produto deve possuir características específicas ligadas à origem geográfica que lhe confere uma qualidade e reputação especiais no mercado, resultando em demanda específica do consumidor. As características especiais do local devem conceber diferencial de qualidade, resultado dos recursos naturais e humanos da área em que é produzida. Quanto as pessoas, os produtores locais, que possuem tradições e conhecimentos herdados, juntamente com outras partes interessadas locais, devem ser motivados a se engajar em um processo de criação e preservação de valor. (FAO-SINERGI, 2009). Estes três elementos são vitais para as condições favoráveis na implantação da IG, visto que as condicionalidades são variáveis subjetivas e possuem forte influência comportamental para a construção coletiva.

Esta complexidade comportamental ainda sofre influência de outras particularidades para a sustentabilidade e justificção das IGs proposta pelo círculo virtuoso, como a qualidade do produto, a efetividade econômica, a produtividade e competitividade do mercado, conforme estudos de Giovannucci (2000), Nierdele (2011), SEBRAE (2005), Soares (2014) entre outros. Estas particularidades analisadas nestes estudos indicam as diferentes percepções dos produtores quanto ao processo das IGs, pois os benefícios e vantagens são debatidas por alguns autores, criando uma discussão interessante sobre o tema. As impressões permeiam sobre “monopólio coletivo” – barreiras de entrada, maior acesso ao mercado, preço diferenciado, desenvolvimento rural, agregação de valor, melhoria da qualidade, emprego e geração de renda.

Esses fatores associados às particularidades mencionadas, juntamente com a análise de M'ereel e Sexton (2011), sugerem uma possível alteração do nível da qualidade quando se refere à proteção de origem (IG). Indicam possíveis critérios quanto ao nível de qualidade que maximiza o lucro escolhido por uma organização de produtores, que geralmente excede o nível de qualidade (esperado) e que maximiza o bem-estar da sociedade. Verificaram dentro do contexto de um modelo clássico de diferenciação vertical, para uma distribuição mais flexível ao gosto dos consumidores para o produto IG, e em função do custo que é convergente em qualidade e em quantidade.

Indicam também a conveniência do governo impor padrões mínimos de qualidade em indústrias organizadas como um remédio para a suposta baixa oferta de qualidade,



sugerindo que as indústrias que operam sob condições de baixa tecnologia teriam uma economia de incentivo para adotar as normas, resultando em um nível de qualidade acima do ideal social, justificada pela busca da competitividade.

Latruffe (2010) discorre sobre a competitividade, produtividade e eficiência agrícola em suas formas de medir o desempenho, as implicações das variáveis estruturais do ambiente que envolve a empresa (propriedade), região ou nação. Existem variáveis que interferem diretamente nos resultados, podendo causar distorções, tais como a questão da intervenção do governo (Políticas públicas), idade do agricultor - nível de educação / tipo - sexo e tempo gasto na propriedade, capacidade de gestão do produtor, Clusters ou aglomeração constituídos, investimento público em pesquisa e desenvolvimento, características locacionais e ambientais.

Focando ainda mais no mercado de café, sobretudo na competitividade do café paulista, Bliska (2011) afirma que nas regiões paulistas com vantagens edafoclimáticas, a manutenção ou o aumento da competitividade estão mais relacionados à diferenciação da produção de café via qualidade, preferencialmente com denominação de origem e responsabilidade social. Salienta ainda que as estratégias não tecnológicas importantes para o aprimoramento das vantagens competitivas da cadeia produtiva do café no Estado de São Paulo, em ordem decrescente de prioridade, foram: desenvolvimento de mercado, maior organização setorial (integração e coordenação na cadeia produtiva), incentivo à certificação (garantia de origem do produto), incentivo aos programas de qualidade e financiamento da lavoura.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Estruturando tabelas e gráficos, foi feita a análise desses dados que foram colhidos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), das tabelas de Produção Agrícola Municipal (Série Histórica Completa - 1974-2015) e também das pesquisas bibliográficas realizadas em livros, artigos científicos, periódicos e revistas divulgados na internet e de informações relacionadas a órgãos governamentais, trouxeram resultados satisfatórios na comprovação de que o café tem grande representatividade em comparação ao total das lavouras permanentes da região.

Para cada município, foram coletados dados de área destinada a colheita (hectares), área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas), rendimento médio da produção (kg/ha) e valor da produção (mil reais), de uma faixa de 10 anos (2005 a 2015) do Café Arábica em grão, café produzido nessa região. Também foram colhidos dados de área destinada a colheita (hectares), área colhida (hectares) e valor da produção (mil reais), de uma faixa de 10 anos (2005 a 2015) das Lavouras Permanentes da região. Os dados de quantidade produzida e rendimento médio da produção não foram coletados para as Lavouras Permanentes, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos.

É importante ressaltar que não houve área perdida nos municípios estudados, ou

seja, não houve diferença entre as variáveis de área destinada a colheita (hectares) e área colhida (hectares). Logo, neste relatório, a variável área destinada a colheita também representa a área colhida.

A região composta por oito municípios (Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguai, São João da Boa Vista, Águas da Prata, Estiva Gerbi, Mogi Guaçu e Itapira), presente no estado de São Paulo, tem uma área total de 3.038,601 km<sup>2</sup>. A maioria dos municípios são situados em planaltos elípticos, fazendo com que a região tenha uma altitude média de 738,75 m. O clima é o tropical de altitude ou subtropical com inverno seco e verões mais úmidos, sendo a temperatura média mínima de 15 °C e máxima de 26.6 °C. As chuvas anuais são de 1.446,3 mm, com em média 2 dias de geada por ano.

A população é majoritariamente urbana, com cerca de 357.868 habitantes (92,48% da população) e, a população rural é composta por cerca de 29.112 habitantes (7,52% da população). Dados censo 2010.

Com um PIB de R\$ 11.973.400.000 (DATASUS/2013) e um PIB per capita de R\$ 24.458,65 (DATASUS/2013), possui um IDH médio de 0,759 (PNUD/2010).

A predominância dos latossolos e argissolos em conjunto com um clima favorável, tornam a agricultura uma atividade bem importante na região. Entre 2005 a 2015, a área destinada a colheita das lavouras permanentes teve uma média de 49.291ha (variância média de 2.142.931,38 e desvio padrão médio de 989,3), representando 16,22% da área total da região.

Entre os municípios, Mogi Guaçu é o que mais destina área para a colheita das lavouras permanentes, tendo uma média de 14.320ha no período estudado (variância de 958.351,22 e desvio padrão de 978,95), representando 17,62% da área do município, com seu valor máximo em 2008 de 15.755ha e valor mínimo em 2010 de 12.420ha. Já o município que apresenta menor média de área destinada a colheita das é Águas da Prata, destinando em média 947ha (variância de 9.573,78 e desvio padrão de 97,84), representando cerca de 6,62% de sua área.

Quanto ao impacto econômico gerado, nos mesmos anos, o valor da produção das lavouras permanentes teve uma média de 423.588 mil reais (variância média de 1.319.484.800 e desvio padrão médio de 25.052,34). Da mesma forma que Mogi Guaçu destina em média mais área para a colheita de suas lavouras e Águas da Prata destina em média menos, também apresentam uma média maior e menor de valores da produção (138.618 mil reais e 5.021, respectivamente).

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao café, desde o século XIX, a economia da região sofre influência do ciclo da cultura, fazendo com que seja centro de comercialização e produção de cafés de qualidade, desenvolvendo cada vez mais suas tecnologias, pesquisas e equipamentos para seu cultivo.

O café também move muito o comércio da região, com corretoras e transportadoras movimentando a economia local. Com a presença de escritórios do café, o produto é comercializado tanto nacionalmente como internacionalmente.

No final de 2017, foram identificados na região 485 empresas e propriedades dedicadas a atividade, produzindo em todos os municípios, o Café Arábica (em grão) de alta qualidade. (IBGE, Tabela 1011)

Para a produção desse café, de 2005 a 2015, foi destinada uma média de 19.137ha (variância média de 306.031,2 e desvio padrão médio de 374,73), representando 38,82%, no mesmo período, do total da área destinada a colheita das lavouras permanentes e 6,30% da área total da região.

De todos os municípios estudados, Espírito Santo do Pinhal é o que mais destina área para a colheita do café, sendo o centro da atividade cafeeira e levando o nome da região. Nos anos estudados, apresenta uma média de 8.265ha (variância de 1.846.558,89 e desvio padrão de 1.358,88), representando em média 95,29%, no mesmo período, do total da área destinada a colheita das lavouras permanentes e 21,22% da área total do município. Seu valor máximo ocorreu em 2007, onde foram destinados 10.540ha e valor mínimo em 2008 de 5.363ha.

Já o município de Estiva Gerbi é o que apresenta menor média de área destinada a colheita do café de 2ha, pois só começaram a cultivar a partir do ano de 2012.

Ainda no mesmo período de 2005 a 2015, a quantidade produzida de Café Arábica na região teve uma média de 22.750 toneladas (variância média de 1.989.122,82 e desvio padrão médio de 994,92), sendo que a maior produção acontece em Espírito Santo do Pinhal, com 9.994 toneladas (variância de 10.302.665,69 e desvio padrão de 3.209,78), com valores máximos em 2010 e 2015 de 14.400 toneladas e valor mínimo em 2005 de 5.782 toneladas.

Em relação ao rendimento médio, a região rende em média 1.166 kg/ha (variância média de 156.129,96 e desvio padrão médio de 380,51). É interessante notar que, mesmo Estiva Gerbi ser o município que menos produz o café da região, é o com maior rendimento, apresentando em média 1.375 kg/ha de rendimento (variância de 229.166,67 e desvio padrão de 478,71), com valor máximo de 2.000 kg/ha em 2013 e valores mínimos de 1.000 kg/ha em 2012 e 2015.

O valor da produção do café aumenta consideravelmente com o passar dos anos, principalmente pelo desenvolvimento de novas técnicas de manejo e com o aumento da presença dos cafés especiais. De 2005 a 2015, a região apresenta uma média no valor de produção de 108.166 mil reais (variância média de 164.581.716,5 e desvio padrão médio de 8.032,09), sendo a maior média de Espírito Santo do Pinhal com 48.650 mil reais, 25,53% do valor de produção do total das lavouras permanentes da região.

Comparando com o Estado de São Paulo, a região produz em média 8,25% do café, representando 8,94% do valor da produção. Visto que São Paulo produz em média 10,37% do café brasileiro, representando em média 10,44% do valor da

produção do país, a região tem contribuição notável na produção brasileira de 0,86% das toneladas produzidas e 0,93% do valor da produção nacional.

A evolução da qualidade do café na região de Pinhal pode ser acompanhada pelas premiações obtidas pelos seus produtores. Em 2008, no 7º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo, onde concorreram 67 amostras de café na categoria Café Natural e 43 na categoria Cereja Descascado, os produtores Anésio Contine de Espírito Santo do Pinhal, ligado à Associação dos Produtores de Cafés Especiais Santa Luzia e, o produtor Adriano Leite Vallim de São João da Boa vista, ficaram entre os finalistas na categoria Cafés Naturais. (site Café Point)

Em 2010, produtores de Espírito Santo do Pinhal, no 9º Concurso Estadual de Qualidade - Café de São Paulo - Prêmio Aldir Alves Teixeira - Safra 2010, o 1º lugar na categoria Cereja Descascado foi conquistado pelo produtor Humberto Pascuini, do Sítio Recreio Nossa Sra. do Carmo. Já na categoria Natural, o produtor Antonio Ragazzo Júnior, do Sítio Pé da Serra conquistou o 1º lugar e o produtor Fabio Colletti Barbosa, da Fazenda Nova Cintra, conquistou o 3º lugar. Na mesma categoria, o produtor Arnaldo Franco de Moraes e outros produtores da Fazenda Santana de Santo Antônio do Jardim, conquistaram o 2º lugar.

Em 2013, o café produzido pela produtora Laura Luiza Del Guerra Vergueiro, também de Espírito Santo do Pinhal, venceu o 12º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo - Prêmio Aldir Alves Teixeira, levando o título de melhor café paulista de 2013. No mesmo concurso, o produtor Joaquim Fernandes Monteiro ficou em 3º lugar.

Considerando os dados levantados, da região de pinhal, pode-se verificar que embora a concessão do registro da IG pelo INPI tenha sido somente em 2016, com as tratativas iniciadas em 2009 para a obtenção do selo, a procura pela qualidade e diferenciação do café na região é notória. Este conceito de qualidade e diferenciação é observado pelas premiações obtidas pelos diversos produtores da região. Prêmios que aderentes ao objetivo da COCAMPI com a IG de “agregação de valor com aumento do preço da saca de café pelas suas qualidades intrínsecas, e indiretos pela maior valorização de nossas já valorizadas terras para café”, este objetivo está alinhado com as possibilidades já alcançadas em outras regiões que obtiveram o selo de qualidade (IG-P).

O esforço dos produtores na busca pela qualidade do café e de manter a tradição da produção, é observado em números obtidos no levantamento do IBGE, conforme registros da série histórica entre 2005 a 2015. Onde a área plantada vem se mantendo a mesma, coerente com os dados de produção da CONAB, com discreta elevação. Entretanto a produtividade de aproximadamente de 19 sacas por ha está abaixo da média nacional, que já ultrapassa a casa das 21 sacas/ha desde 2010.

Mesmo com esta produtividade o valor da terra, na região, teve uma elevação significativa considerando o recorte histórico deste estudo, 2005 a 2015, a valorização média foi de aproximadamente de 300%, vide Figura 1 que mostra o levantamento dos

valores realizados pelo IEA - Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) – Região de São João da Boa Vista – SP.

Observa-se neste período de 10 anos a valorização da terra, com crescimento de aproximadamente de 10% ao ano para propriedades com áreas entre 24,20 a 72,60 ha e aproximadamente de 8% para propriedades com áreas entre 7,26 e 24,20 ha, coincidência ou não, porém vai ao encontro das aspirações da COCAMPI.

Para este estudo foram considerados os preços médios, com uma variação média de 400% entre o maior e menor valor anual. Este estudo do IEA, cujos valores acompanham a metodologia e análise de preços realizada pelo MAPA (2016), corroboram que a valorização está correlacionada à propriedades maiores, com maior produtividade e evolução dos preços dos produtos na região.

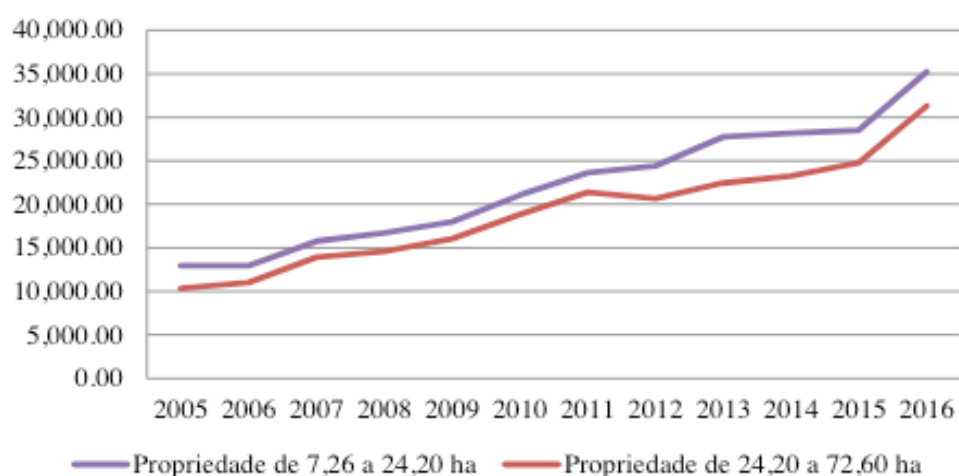


Figura 1– Valor médio do imóvel rural com benfeitorias

Fonte: IEA/CATI – SAAESP (Data da pesquisa: 12/03/2018)

A agregação de valor ao preço da saca do café na região de Pinhal, é percebido pela diferença dos valores mínimos, garantidos pelo governo federal, para peneira acima de 13, e os preços recebidos/comercializados pelos produtores (Café arábica tipo 6, bebida dura), exceto para o ano de 2013, conforme mostra a Figura 2.

Esta figura não apresenta os valores obtidos pelos produtores nas premiações do café da região de pinhal desde 2008, embora verificou-se valores expressivos (entre R\$ 700,00 e R\$ 15.000,00 a saca), obtidos por alguns poucos produtores (+/- 25) e em quantidades pequenas de sacas (em média 350 sacas por produtor), segundo a COCAMPI.

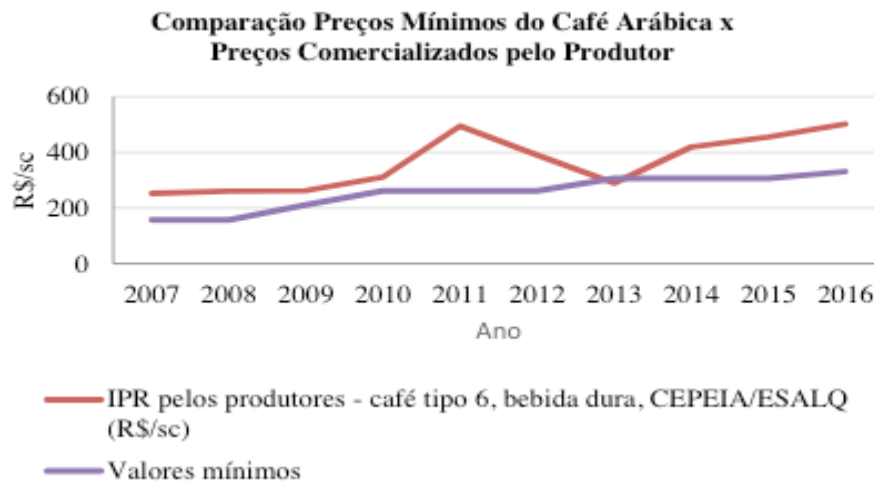


Figura 2: – Histórico de preço café arábica (Brasil)

Fonte: CEPEIA/ESALQ

Quanto a qualidade do produto, a notoriedade da região em café especiais, que está associada à obtenção da indicação geográfica, é percebida pelas premiações dos produtores da região, alcançando valores significativos e crescentes desde 2008, mesmo que com poucos produtores, com propriedades entre 11 e 18ha, caracterizando também o perfil de pequeno produtor com maior interesse na IG e melhor qualidade do produto.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esperado com a certificação de Identificação Geográfica, seja de Procedência ou de Origem, é o reconhecimento pelo mercado da notoriedade do produto oriundo da região da IG, isso podemos concluir que a região de Pinhal alcançou, não só pela obtenção do selo, mas pelas premiações recebidas ao longo dos anos, um estímulo em busca da melhoria da qualidade. Entretanto esperam-se também vantagens comerciais, que na maioria das regiões a comercialização tem um reflexo positivo.

Na IG da região de Pinhal a comercialização com o selo deve ser realizada necessariamente via cooperativa (COOPINHAL), com controle de qualidade acima de 75 pontos, segundo as regras da IG, porém não possuem restrição de quantidade mínima definida da produção para entrega à cooperativa. Assim a comercialização direta pelo produtor com a abordagem do selo de procedência não é possível, mas podem comercializar livremente com outras certificações, UTZ por exemplo.

Os dados da quantidade de produtores de café da região estão diferentes comparando as informações do IBGE (485 produtores) e da entrevista com a COCAMPI, visto relato de aproximadamente 750 produtores na região de pinhal, destes 550 são cooperados, e que somente entre 25 a 30 produtores produzem café com características da IG, mesmo assim estes poucos produtores ainda não comercializaram nenhum lote com o selo até o final de 2017.

Portanto a comercialização da maioria dos produtores, com perfil de maior produção e de sua principal renda o café, seja pela cooperativa ou não, são de café sem certificação e condicionados aos valores de mercado.

Podemos inferir com isso que a liberdade de comercialização do café pelo produtor favorece aqueles que possuem café de qualidade e que tenham canais definidos de comercialização, inclusive de exportação, sobretudo com a agregação de valor direta ou indiretamente pelo selo da IG da região.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada* - Vol. 4, n 2: 379-397, abril/junho, 2000.

BLISKA, F. M. M. - Competitividade da Cadeia Produtiva do Café paulista Frente aos Demais Estados Produtores Brasileiros, 2011. Anais 49 o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural - SOBER. Belo Horizonte, MG - 24 a 27 de julho de 2011.

CAFÉ POINT. Café Produzido em Espírito Santo do Pinhal é o melhor café paulista de 2013. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/cafe-produzido-em-espírito-santo-do-pinhal-e-o-melhor-cafe-paulista-de-2013-86381n.aspx>. Acesso em dezembro de 2017.

CAFÉ POINT. 5º Concurso de Qualidade de Café de Santa Luzia e Região divulga finalistas. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/5-concurso-de-qualidade-de-cafe-de-santa-luzia-e-regiao-divulga-finalistas-66327n.aspx>. Acesso em dezembro de 2017.

DATASUS. PIB per capita municipal - 2010 a 2013. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=29610442&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defctohtm.exe?ibge/cnv/pibmunb>. Acesso Dezembro de 2017.

FAO- SINERGY, 2009 – Disponível em <http://www.fao.org/food-quality-origin/resource/publications/pt/>. Acesso em 20/06/2016

GIOVANNUCCI, DANIELE; REARDON, THOMAS. Understand Grades and Standards – and how to apply them. *In*: GIOVANNUCCI, DANIELA (ed). *A Guide to Developing Agricultural Markets and Agro-enterprises*. Washington: The World Bank, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Tabela 1011, 2016- Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e grupos e classes da atividade econômica - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1011> , Acesso em 07/2017

IBGE, 2016. Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Acesso em dezembro de 2017.

IBGE, 2010. Censo Populacional 2010. 29 de novembro de 2010. Acesso dezembro de 2017.

IBGE, 2016 Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Acesso dezembro de 2017.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp>. Acesso em dezembro de 2017.

IBGE, 2017 Mogi Guaçu. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/mogiguacu.pdf>. Acesso em 9 de Dezembro de 2017.

INPI - Guia básico de indicação geográfica - <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao->

geografica/ - Acesso em 28/06/2016

ITC – International Trade Center - The Coffee exporter's guide. Genève: ITC, 2012.

KAKUTA, S. M. Indicações geográficas: guia de respostas. Porto Alegre, SEBRAE/RS. 2006

LATRUFFE, Laure - *Competitiveness, Productivity and Efficiency in the Agricultural and Agri-Food Sectors*, 2010

MAPA (Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento) <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica/legislacao> , Acesso em 2017.

MAPA <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica> , Acesso em 2016.

M'EREL, P. R. & SEXTON, R. J. - Will *Geographical Indications Supply Excessive Quality?* - EAAE 2011 Congress, 2011.

NIERDELE, P. A. – Tese de Doutorado - Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França, 2011

PORTER, M. E. *Competição [...] – ed. Campus, 2009.*

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2010. Consultado em 2 de Dezembro de 2017.

REVISTA INPI - Guia básico de indicação geográfica - <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/> . Acesso, dezembro 2017.

SEBRAE – Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicação Geográfica e Certificações para Competitividade nos Negócios, 2005.

SISTEMA IBGE SIDRA . Produção Agrícola Municipal - Série Histórica Completa - 1974-2015. Consultado em 20 de Setembro de 2017.

SOARES, P. B. D. 1959 Tese - As Indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul / Paulo Brasil Dill Soares – 2014 - 224 f.: il.

SPEROTTO, F. Q. Indicações Geográficas - vantagens e desafios da diferenciação. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/indicacoes-geograficas-vantagens-e-desafios-da-diferenciacao/>. Acesso em 28/11/2017

VALENTE, M. E. R. Indicação Geográfica de Alimentos e Bebidas: Comparação de Regulamentos Brasil e União Européia e Estudo de Caso com os produtores de cachaça da região de Ouro Preto - MG. p. 232, 2011. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/2888>>.

VANDECANDELAERE, E. *Des reseaux territoriaux comme outil de promotion de produits de qualité : l'analyse des "routes des vins" en languedoc roussillon. Mendoza et Western Cape. In: COLLOQUE SYAL, 2, Montpellier. Anais... Montpellier: [s.n]; 2002. 1 Cd-ROM.*



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Jaqueline Fonseca Rodrigues** – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora do Livro “Elementos da Economia - 1” – e “Conhecimento na Regulação no Brasil” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-319-4

